

ECONOMIA

Gargalos da gigante na crise

Vale enfrenta problemas como demora de licenças e esperada queda de preços de minério

Editoria de Arte

Danielle Nogueira
danielle.nogueira@oglobo.com.br

Retomadas as boas relações com o Palácio do Planalto e findas as desconfianças do mercado com a troca de comando, a Vale tem uma longa lista de desafios pela frente. Em 2012, a empresa terá de superar gargalos, como a dificuldade na obtenção de licenças ambientais e a demora na entrega de equipamentos, para executar o orçamento de US\$ 21,4 bilhões. Paralelamente, terá de demonstrar habilidade para negociar com os clientes, que a pressionam para pagar menos por seu minério de ferro, num cenário de volatilidade de preços em meio ao agravamento da crise financeira global. E ainda terá de rever sua estratégia logística, a fim de driblar a resistência chinesa a seus suprnavios.

A duração média de implementação dos projetos revela a complexidade dos gargalos com que a Vale tem se deparado. O tempo para que um projeto de cobre saia do papel, por exemplo, é de 47 a 63 meses, contra 24 a 50 meses na média da indústria. Os de minério de ferro — carro-chefe dos negócios da mineradora — estão em melhor situação, com médias até inferiores às das concorrentes. Mesmo assim, a companhia se viu obrigada a postergar em dois anos uma de suas principais iniciativas na área: Carajás Serra Sul (PA), mina que terá capacidade de produzir 90 milhões de toneladas de minério por ano a partir de 2016. O volume é quase um terço da produção de minério esperada para 2012 (312,2 milhões de toneladas).

O principal entrave à execução dos projetos tem sido a demora na liberação das licenças ambientais. Mas este não é o único problema. A lentidão na entrega de equipamentos é outro obstáculo. As encomendas de locomotivas, que antes batiam à porta da Vale em 12 meses, hoje levam 18. Resultado da elevada demanda da indústria de mineração.

— Esses são riscos que todo o setor está enfrentando — atesta Victor Penna, analista de mineração do BB Investimentos.

Falta de engenheiro e China na mira

• Para superar os gargalos, a Vale tem adotado uma série de medidas. Criou um comitê executivo para agilizar as demandas por licenciamento, que tem se reunido uma vez por semana para debater os projetos. O presidente da mineradora, Murilo Ferreira, também tem buscado estreitar a relação com a cadeia produtiva e já ordenou a antecipação das compras de materiais sempre que possível, para evitar surpresas na entrega de equipamentos.

As ações se estendem a programas de formação de mão de obra, cuja escassez também se tornou uma dor de cabeça para a companhia. Mês passado, Vale e CNPq firmaram parceria para duplicar o número de bolsas de iniciação científica e tecnológica em engenharia no país. A empresa também já tem à mão um mapeamento de sua demanda de contratações para este

OS ENTRAVES E A ESTRATÉGIA DA EMPRESA

	 LICENÇA AMBIENTAL	 FORNECEDORES	 MÃO DE OBRA	 PREÇO DO MINÉRIO	 LOGÍSTICA
PROBLEMAS	A demora na obtenção de licenças ambientais tem atrasado o cronograma de projetos da Vale. O tempo para que um projeto de cobre saia do papel, por exemplo, é de 47 a 63 meses, contra 24 a 50 meses na média da indústria.	A elevada demanda da indústria está estendendo o prazo de entrega das encomendas. As locomotivas, por exemplo, que antes demoravam 12 meses para serem entregues, hoje são entregues em 18 meses.	A falta de mão de obra qualificada é outro empecilho à concretização dos projetos	As medidas de aperto de crédito na China fizeram a demanda por minério de ferro cair, derrubando a cotação para US\$ 116 a tonelada em outubro, ante média de US\$ 175 nos três meses anteriores. Com isso, as siderúrgicas chinesas passaram a pressionar a Vale por uma revisão de contratos	Donos de navios chineses pressionam o governo local para não liberar a atracação dos suprnavios da Vale, encomendados justamente para levar o minério de ferro do Brasil para a China, com o objetivo de reduzir o frete
O QUE A VALE ESTÁ FAZENDO	Criou um comitê formado por quatro diretores da empresa, que tem se reunido uma vez por semana para debater como agilizar os projetos. Também elaborou um guia de melhores práticas de licenciamento ambiental, para orientar seus gestores.	Está diversificando a base de fornecedores e antecipando a compra de materiais, quando possível	Já mapeou a demanda de engenheiros e técnicos para 2012 e está investindo em programas de qualificação, entre eles o fomento a bolsas de iniciação científica	Está renegociando contratos. Cerca de 20% deles migraram para uma nova modalidade, que considera a média trimestral corrente da cotação do minério, em vez da média dos três meses anteriores ao fornecimento	Está buscando alternativas para alcançar o mercado asiático, como portos das Filipinas e na Malásia. Também está revendo a estratégia de ser dona de parte dos navios. A ideia, agora, é afretar as embarcações com exclusividade por um longo prazo

Fontes: analistas e Vale



Trabalhadores dos portos podem parar

Sindicatos debatem hoje uma possível greve para pressionar o governo

• SÃO PAULO. Os sindicatos de trabalhadores dos principais portos do país se encontram hoje para debater uma greve que pode paralisar a maioria dos terminais administrados pela União. A paralisação pressionaria o governo a quitar parte da dívida, de mais de R\$ 3 bilhões, que a União tem com o fundo de pensão da categoria, o Portus. A greve é defendida pelo Sindicato dos Empregados na Administração Portuária de Santos, mas divide outras entidades.

— Entendemos que ainda é possível o diálogo com o governo federal. Achamos que a presidente Dilma Rousseff honrará o compromisso assumido pelo ex-presidente Lula com a categoria — diz o presidente dos Sindicatos dos Portuários do Rio, Sérgio Magalhães Giannetto.

Os sindicalistas cobram R\$ 150 milhões que não teriam sido pagos ao fundo, como parte de um compromisso de aporte de R\$ 400 milhões feito por Lula. Desde 2008, o governo repassou R\$ 250 milhões em duas parcelas para o Portus, a título de recomposição de contribuições atrasadas. Os R\$ 150 milhões seriam fundamentais para a sobrevivência do fundo e a continuidade de seu processo

de reestruturação, iniciado em agosto, quando a Secretaria Especial de Portos (SEP) decretou a intervenção no Portus. A SEP não quis se pronunciar, alegando que as negociações estão em andamento.

Segundo a União Nacional dos Participantes do Portus (Unapor), as dívidas do governo com o fundo foram estimadas em mais de R\$ 3 bilhões, dos quais R\$ 1,2 bilhão seriam devidos pela União como resqúcio da extinção da Portobrás. O restante seria dívida das atuais administradoras.

O fundo tem um déficit mensal de R\$ 5 milhões, o que lhe daria uma sobrevida de um ano honrando os pagamentos aos 14 mil beneficiários.

— Com esses R\$ 150 milhões, poderíamos ganhar tempo para liquidar o fundo e dar início a um novo — diz Vilson Balthar, presidente da Unapor.

O vice-presidente da Federação Nacional dos Portuários e presidente do Sindaport, Everandy Cirino dos Santos, defende uma paralisação de advertência seguida de greve, que pode ocorrer em fevereiro, ponto alto da temporada de cruzeiros. *(Paulo Justus)*

Chevron é condenada no Equador a pagar US\$ 18 bilhões

• LAGO AGRIO (Equador). Um tribunal de apelação do Equador confirmou na terça-feira à noite uma bilionária decisão contra a Chevron, que havia sido anunciada em fevereiro de 2011. A petrolífera foi condenada a pagar US\$ 18 bilhões por danos aos que acusam a empresa americana de poluir a floresta amazônica e prejudicar a saúde da população. O valor representa um terço do PIB do Equador e, segundo o “Financial Times”, é o mais alto por um crime ambiental na História.

Inicialmente, um juiz ordenou que a Chevron pagasse US\$ 8,6 bilhões por danos ambientais causados pela Texaco — comprada em 2001 —, mas o valor mais que dobrou, para US\$ 18 bilhões, porque a empresa não fez um pedido público de desculpas como exigido na decisão original.

A Texaco é acusada de despejar resíduos de perfuração de petróleo em poços desprotegidos, poluindo a floresta e provocando doenças e mortes entre indígenas. Já a Chevron argumentou que a Texaco limpou todos os poços de lixo pelos quais era responsável e afirmou que o juiz equatoriano ignorou indícios de fraude por parte dos demandantes.

— A decisão é outro exemplo de politização e corrupção do Judiciário do Equador, que atormentou este caso fraudulento desde o início — disse James Craig, porta-voz da Chevron. ■

DAY
AFTER

ATÉ
70%
DE DESCONTO

VILA ROMANA

VILAROMANA.COM.BR

Parcele suas compras em até 6X* no cartão.

Barra Shopping, Shopping Nova América, Rio Plaza Shopping, Botafogo Praia Shopping, Shopping Tijuca, Via Parque Shopping.

* Parcela mínima R\$ 40,00. **Promoção válida por tempo limitado ou enquanto durarem os estoques.